

Para a história do livro no Brasil

– entrevista a José Castilho Marques Neto

For the history of the book in Brazil – interview with José Castilho Marques Neto

PAULO FRANCHETTI*

Quando consideramos a história da imprensa universitária brasileira impressiona de imediato um período singular: o que tem início na década de 1990 e se prolonga, embora já com menor fôlego, até os dias de hoje. O momento simbólico desses anos dourados, nos quais a presença dos livros universitários era marcante seja nas bibliografias acadêmicas, seja nos prêmios literários, foi a Bienal do Livro de São Paulo, em 2003, quando o maior estande (e um dos mais visitados pelo público adulto) foi justamente o que reuniu publicações de editoras universitárias de todo o Brasil.

Ao longo desse período, três editoras destacaram-se no cenário nacional e internacional: a da Universidade de São Paulo, a da Universidade Federal de Minas Gerais e a da Universidade Estadual Paulista. Foram dirigidas, durante esse período, por três notáveis editores, que tiveram seus mandatos interrompidos mais ou menos na mesma época: Plínio Martins Filho dirigiu a Edusp por 25 anos, até 2016; Wander Melo Miranda capitaneou a editora da UFMG por 15 anos, até 2015; e José Castilho Marques Neto presidiu a da Unesp, por 22 anos, até 2015.

A metade da década de 2010, do meu ponto de vista, é um momento de corte numa trajetória contínua de excelência e projeção da editora universitária

* Professor catedrático aposentado do Departamento de Teoria Literária da Unicamp (Brasil), onde continua a trabalhar como colaborador. Durante 11 anos dirigiu a Editora dessa universidade.

É autor de vários livros sobre literatura brasileira e portuguesa.

brasileira, que, a partir desse momento, tem ocupado um lugar cada vez menor no mercado, nas feiras nacionais e internacionais e nas listas de vencedores de prêmios importantes. É certo que continuam existindo ótimas editoras, e essas três continuam com o magnífico catálogo construído ao longo das três décadas nomeadas, mas não vejo agora, no que toca à edição universitária, nada que se compare ao vibrante momento de apogeu do início do século.

Quanto a mim, a substituição simultânea desses três editores experientes e em pleno vigor, imposta de cima para baixo, tem um valor simbólico semelhante ao estande da Bienal de 2003: lá, o apogeu; aqui, o início de um novo período, no qual ao que tudo indica se desenhará um novo perfil da edição universitária no Brasil.

No início de 2018, por conta da minha experiência como diretor da Editora da Unicamp ao longo desse mesmo período, fui convidado para organizar um curso breve sobre a imprensa universitária brasileira, a ser ministrado na Universidade de Coimbra. Para dar conta da incumbência, além de passar em revista a bibliografia disponível e computar os dados fornecidos pelas editoras que consultei, pensei logo em entrevistar os três editores acima mencionados. Todos aceitaram e as perguntas que lhes enviei, como se verá, tinham um caráter e um interesse mais técnico: por meio delas, buscava eu obter informações precisas sobre o funcionamento de cada editora, naquele período, bem como confirmar – por meio dos depoimentos – o que eu mesmo tinha observado como parceiro e colega dos três.

Entretanto, talvez porque tenha levado a cabo ao longo da vida um intenso trabalho de desenvolvimento de políticas do livro e de participação em organizações de promoção do livro e da leitura, o Prof. Castilho estendeu-se generosamente nas respostas, indo bastante além da mera transmissão das informações pedidas.

Reconhecendo o grande valor das suas observações e do seu testemunho, propus-lhe que publicássemos a entrevista, o que ele prontamente aceitou.

E aqui está ela, portanto, com um acréscimo: uma última pergunta (que não estava na entrevista original) sobre uma importantíssima iniciativa, felizmente concretizada em lei, de apoio e promoção da leitura.

Antes, porém, da entrevista, creio que vale a pena apresentar o entrevistado.

José Castilho Marques Neto nasceu em São Paulo, em 1953. Graduou-se em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1976) e pela mesma universidade doutorou-se em 1992. Ingressando na carreira acadêmica na Universidade

Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), logo dedicou-se ao trabalho editorial: a partir de 1988 exerceu funções de direção editorial junto à Editora dessa universidade e, a partir de 1996, foi o primeiro presidente da recém-criada Fundação Editora da Unesp, cargo no qual permaneceu até junho de 2015. Entre 2002 e 2005, dirigiu também a Biblioteca Pública Mário de Andrade, em São Paulo, procedendo a um notável trabalho de recuperação da infraestrutura e do acervo da instituição. Além disso, reinseriu a Biblioteca na vida cultural da cidade, por meio de várias iniciativas, sendo a mais conhecida a criação do Colégio de São Paulo, que realizou importantes ciclos de conferências. Teve ainda relevante atuação na promoção do livro universitário, presidindo por vários mandatos a Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU) e a Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe (EULAC). Foi Secretário Executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura, vinculado aos Ministérios da Cultura e da Educação em 2006-2011 e 2013-maio/2016). Em decorrência do seu empenho na elaboração e aprovação da Lei 13.696, aprovada em Julho de 2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), passou esta a ser conhecida como Lei Castilho – e é essa importante conquista e primeiro passo para a universalização do acesso ao livro e à leitura no Brasil que se apresenta na última resposta da entrevista que segue. Atualmente, após aposentar-se como professor em 2016, continua no universo do livro e da leitura, tendo criado uma empresa especializada em fornecer consultoria para editoras, livrarias e bibliotecas e assessoria para construção de Planos Nacionais de Leitura a governos ibero-americanos e organizações internacionais.

1. Poderia falar brevemente sobre a sua formação acadêmica e sobre o que o levou ao trabalho na Editora da Unesp?

R.: Minha formação acadêmica ocorreu nos anos de chumbo da ditadura militar brasileira com todas as limitações daquele período. Cursei o bacharelado na FFLCH-USP entre 1972 e 1976, fiz mais um ano de licenciatura na FE-USP em 1977, ano em que a disciplina de Filosofia foi extinta no segundo grau! Retomei a pós-graduação apenas em 1982, quando retornei à USP e à FFLCH para o mestrado sob orientação da Prof.^a Maria Sylvia de Carvalho Franco. No exame de qualificação, a banca me enviou para o doutorado direto, com uma tese sobre Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil – 1926-1930, que foi editada em 1992 pela Editora Paz e Terra. Entre 1978 e 1982 eu iniciei uma nova profissão, a de livreiro e editor, criando junto com dois amigos a Kayrós Livraria e Editora Ltda. que funcionou na Avenida Paulista (esquina

com Avenida Angélica) de 1978 a 1985 (tive o prazer de ver essa parte da minha vida ser analisada numa dissertação de mestrado brilhante de autoria do editor Flamarion Maués, posteriormente editada pela Publisher: *Livros contra a ditadura – Editoras de oposição no Brasil – 1974-1984*). Nesse período aprendi a ser editor e tive rudimentos da atividade como livreiro. Período interessante, porque, editorialmente foi possível fazer parte das primeiras publicações marxistas que começavam a surgir nos sinais de cansaço da ditadura militar, e também porque vivenciei a passagem do sistema de industrialização do livro, que estava começando a sair da composição em linotipo para as primeiras máquinas computadorizadas. Foi um privilégio aprender o antigo método e acompanhar o novo desde os seus primeiros passos, além do aprendizado e amizade com editores icônicos no Brasil como Caio Graco Prado e Massao Ohno, apenas para citar dois dos inúmeros incentivadores que me apoiaram naquele período de desbravamento.

2. Quando você começou a trabalhar na Editora, qual era sua função? (pressupondo que não fosse a de Presidente... caso tenha sido essa sua primeira função, a pergunta fica sem sentido)

R: Iniciei na Editora Unesp na função de assessor do Presidente, na época o Prof. Marco Aurélio Nogueira. A função era de Assessor Editorial e após a sugestão que fiz para reorganizar o organograma e o fluxograma da então Diretoria de Publicações da Fundunesp/Editora Unesp, me tornei Editor Executivo.

3. Qual era a situação da Editora quando você assumiu a presidência? Quantos livros havia no catálogo? Qual era a proporção de publicações em coedição?

R.: A Editora da Unesp foi fundada em agosto de 1987 e eu fui chamado para assessorá-la em março/abril de 1988. Quando cheguei, a editora tinha quatro livros publicados, todos em co-edição com duas editoras privadas – Hucitec e Paz e Terra, portanto 100% em coedição.

4. Como se constituía o conselho editorial da Editora da Unesp? De que maneira eram escolhidos os seus integrantes? Havia preocupação com representatividade das áreas de conhecimento? Qual era o mandato?

R.: Nos seus cinco primeiros anos a Editora não tinha Conselho Editorial, expediente que se iniciou em 1993 quando eu assumi a direção da Editora no cargo de Diretor de Publicações da Fundunesp. O Conselho Editorial Acadêmico – CEAC, que funciona da mesma forma até hoje, é constituído

por onze membros, todos docentes da Unesp, sendo que entre os onze membros o presidente nato é o Diretor Presidente da Editora. Os Conselheiros são de livre escolha do Presidente da Editora e o critério é a representatividade das áreas de conhecimento e o peso delas na estrutura e produção científica da Unesp, respeitando também as linhas mestras do catálogo, que é basicamente de Humanidades. O mandato é de dois anos, sendo permitida uma recondução.

5. Todos os livros passavam pelo conselho? O conselho emitia pareceres ou convocava assessores *ad hoc*? Se havia assessores *ad hoc*, havia remuneração por parecer? Como se calculava o valor desse trabalho?

R.: Até 1993 os livros recebiam parecer *ad hoc*, mas a decisão era do Diretor de Publicações juntamente com o Editor Executivo e algum outro assessor acadêmico que estava na Editora naquele período. Com a instalação do CEAC todos os títulos publicados passavam pelo crivo do Conselho. Havia também uma “pré-autorização” do Conselho para a contratação de autores de notoriedade, principalmente do exterior, com o objetivo de dar ao Diretor Presidente e Publisher a competência e agilidade para concorrer com outras editoras na disputa por autores evidentemente adequados ao catálogo da Unesp. No entanto, todos os contratos nesses moldes eram posteriormente apresentados ao CEAC e sujeitos à apreciação crítica dos conselheiros. Os pareceres *ad hoc* são o instrumento de análise dos Conselheiros, além do próprio texto proposto. A remuneração aos pareceristas sempre foi o oferecimento de três títulos do catálogo da Editora por livre escolha.

6. Os autores “da casa” eram submetidos a parecer, como os autores externos?

R.: Sim, com o cuidado de o parecerista escolhido para um autor da casa não ser um colega da Unesp.

7. O trabalho de preparação e revisão de textos era feito internamente ou terceirizado? A editora tinha um corpo fixo de revisores? E os diagramadores e capistas: eram internos ou contratados por livro e/ou coleção?

R.: No período inicial havia um corpo fixo e interno para os trabalhos de revisão e diagramação. Os capistas sempre foram, desde a origem, terceirizados. Com a implementação dos projetos que sugeri, ainda como Editor Executivo, para agilização da produção editorial com manutenção da qualidade, pouco a pouco esses serviços foram terceirizados, sendo supervisionados internamente por editores de textos fixos e produtores gráficos. Essa estratégia foi importante para a adequada expansão e publicação do número de títulos novos e reedições

que se multiplicaram com o crescimento exponencial da editora (chegamos a publicar cerca de 200 títulos novos/ano em alguns períodos).

8. Quantos funcionários no trabalho editorial havia aproximadamente quando assumiu a presidência e quantos quando a deixou?

R.: No trabalho editorial quando cheguei à Editora em 1988 havia seis revisores, três diagramadores e um produtor gráfico. Quando assumi a presidência em 1993 havia um editor executivo, dois editores de texto e um produtor gráfico. Quando deixei a presidência, em 2015, havia um editor executivo, três editores de texto, um produtor gráfico, um assistente de produção gráfica, três funcionários de apoio administrativo do editorial (contratos, direitos autorais, etc).

9. Qual era o estado do catálogo quando deixou a presidência?

R.: O catálogo quando deixei a presidência girava em torno de 2.000 títulos, 400 títulos somente em formato digital. Pelas características do projeto de editora que construí liderava uma equipe de profissionais e tinha, ao lado do catálogo, também serviços essenciais para a afirmação da Editora: três livrarias (física, móvel e virtual) e uma escola de formação continuada na área editorial e livreira, a Universidade do Livro. Todas essas atividades apresentavam saúde institucional, financeira e comercial.

10. A Editora da Unesp é uma fundação. Quais as vantagens e desvantagens desse modelo?

R.: Para um projeto editorial que em 1988 já apontava para a necessidade de garantir à Editora Unesp três autonomias – editorial, administrativa e gestão autônoma de recursos financeiros – a solução fundacional trouxe apenas vantagens. E isso se refletiu no crescimento do catálogo e na saúde e prestígio acadêmico, institucional e comercial da Editora. Se observarmos o período no qual a Editora esteve sob o guarda chuva da fundação de apoio da Unesp, a Fundunesp, em 9 anos foram publicados 156 títulos e a dependência financeira da Unesp era praticamente 100%. Com a Fundação Editora Unesp, de 1996 a 2015, ano em que deixei a presidência, o catálogo cresceu mais de 1.800 títulos. Construímos as atividades agregadas e deixamos um excelente saldo financeiro em espécie, além de ausência de dívidas. Se fosse uma empresa privada, seria absolutamente saudável e com ótimo valor de mercado. E o importante é que em nenhum período a editora deixou de ser universitária, sendo reconhecida justamente por seu catálogo acadêmico primoroso, além de ser rigorosamente Unesp e apesar de operar em instituição fundacional paralela

e autônoma. É certo que houve o cuidado inicial para que o Estatuto da FEU mantivesse a ligação com a Universidade como prioridade.

11. Quais as fontes de financiamento da Fundação Editora da Unesp? Havia verbas públicas destinadas à manutenção de atividades e publicação de livros? Havia autonomia financeira de gestão de pessoal e de recursos financeiros?

R.: As fontes iniciais da Fundação foram o estoque herdado da Fundunesp (156 títulos) e uma dotação de 100 mil reais. A FEU também sempre contou com isenção de taxas para uso dos imóveis da Universidade que ocupou ou ocupa. Anualmente havia um aporte de recursos do orçamento da Universidade, recursos que foram gradativamente diminuindo em volume com o crescimento das atividades de venda e outros recursos captados pela FEU. A dependência de 100% dos primeiros anos de Fundunesp chegou nos últimos dez anos em que estive à frente da Editora a um aporte da Unesp que girava em torno de 20 a 30% do orçamento anual da FEU. E esse aporte sempre esteve vinculado aos projetos de interesse direto da Universidade, como os programas de publicação de textos da pós-graduação ou projetos especiais como o apoio à criação do programa Scielo Books. Quanto a autonomia financeira e de gestão de pessoal a FEU sempre exerceu sob minha presidência com total autonomia.

12. Quanto, aproximadamente, o resultado da venda de livros representava nos recursos disponíveis anualmente?

R.: Dos 70 ou 80% da receita própria anual da FEU, a venda de livros do catálogo representava em torno de 80 a 90% do montante.

13. Quanto, aproximadamente, os aportes financeiros de fundações e órgãos públicos de apoio ao ensino e à pesquisa representavam?

R.: Os aportes externos vinham na sua grande maioria, conforme descrevi na pergunta 2, da Unesp. Mas também recebíamos receitas de convênios, serviços, etc. Será um “chute” mas calculo que dos 100% de recursos externos, 70 a 80% vinham da Unesp, em média.

14. Qual a função de uma editora universitária num país como o Brasil? Seu papel na vida intelectual e acadêmica é semelhante ao de uma editora norte-americana ou europeia?

R.: Desde o início de minha contribuição à Editora Unesp eu sempre procurei analisar e projetar o papel da editora universitária por esses dois ângulos: no

que ela pode contribuir para o desenvolvimento justo e sustentável do país e o que ela deve ser para auxiliar a Universidade no desempenho de suas funções primordiais – ensinar/formar/ educar e pesquisar. Esses dois ângulos estão presentes desde o primeiro documento que redigi e propus ao então primeiro presidente da Editora Unesp, Professor Marco Aurélio Nogueira, em junho de 1988. Se a editora universitária no Brasil deve dialogar com a história das editoras americanas e europeias, também é verdade que pelas profundas diferenças da história maior dos nossos países e regiões nós nunca devemos apenas copiar essas experiências. E quais são os elementos que definem essas profundas diferenças entre as nossas editoras universitárias e as dos países em grau mais avançado de desenvolvimento social, econômico e mesmo político e que, ao mesmo tempo, nos dão a possibilidade de criar com originalidade um bom projeto editorial acadêmico? Da minha ótica esses elementos são e sempre serão os leitores! É da análise de quem são os nossos leitores ou de quais leitores a produção acadêmica deverá buscar que deveríamos organizar todo o restante de um projeto editorial universitário. Em um país com os atrasos históricos como o Brasil, onde ainda restam para traduzir textos clássicos de séculos atrás, onde 75% da população adulta tem sérios problemas de letramento e de compreensão – sendo que destes, 34% estão em cursos superiores –, onde temos uma formação superior ainda muito recente (nenhuma Universidade completou cem anos), não é possível pensar que uma editora universitária possa ter o mesmo papel de uma editora similar a países onde os níveis de organização civil, escolaridade e desenvolvimento científico e acadêmico estão muito mais elevados. No caso da Unesp, em 1988 a Universidade tinha um projeto renovador em curso, iniciado em 1984, quando se reinventou, após um ajuntamento autoritário em 1976 de diversos cursos de ensino superior instalados há dezenas de anos no interior paulista. Esse movimento liderado pelo Reitor Jorge Nagle e muitos outros docentes daquele período previa uma Editora que representasse essa modernização e, ao mesmo tempo, demonstrasse a qualidade que a nova Unesp buscava. Diálogo universal com os grandes centros do pensamento, acessibilidade aos títulos que deveriam cumprir as funções universais de uma editora acadêmica – publicar clássicos do pensamento, por exemplo – até textos formadores que auxiliassem professores e estudantes a entender melhor o mundo e a sociedade em que viviam. Me lembro bem que logo de início, e durante meus 27 anos à frente da Editora Unesp, eu sempre afirmei que uma Editora deve falar de dentro para fora, da Universidade para a Sociedade. E completava: se o objetivo é conversar entre pares, entre pesquisadores e docentes, não há nenhuma necessidade de uma estrutura ou de um processo editorial, até porque

o mecanismo de comunicação e circulação de teses, estudos e pesquisas entre nós professores já era comum na época do mimeógrafo dos anos 80 e ano a ano essa prática se tornou mais eficaz e rápida com o avanço do mundo virtual e da informática. Haveria muito ainda por argumentar, Paulo, mas eu só entendo uma editora acadêmica se ela estiver voltada para seguir o projeto formador e fomentador de cidadania que deve acompanhar uma universidade em um país como o Brasil. E é exatamente por isso que também fui muito enfático e empenhado em tornar conhecidos e ao alcance de todos os livros da Editora Unesp. A preocupação em sermos fortes comercialmente, em termos uma estrutura organizacional e administrativa com a mesma desenvoltura de qualquer outra editora comercial, tudo isso buscava antes de tudo fazer cumprir o objetivo maior de ser uma editora acadêmica que influísse na formação superior dos brasileiros, dos leitores brasileiros, os existentes e os que queríamos que lessem nossos livros.

15. Como você compararia a função e o lugar das editoras universitárias no Brasil e nos demais países sul-americanos?

R.: Nos moldes do mesmo raciocínio da resposta anterior eu analiso que há identidades, semelhanças e também divergências fortes entre o Brasil e os demais países da América Latina, assim como entre esses mesmos países sul-americanos de fala hispânica. Mais uma vez a história de cada um deles acaba determinando um perfil de editora que aparenta mais semelhanças com outras do que de fato tem. Mesmo em países de extensão geográfica mais significativa, inclusive o Brasil, nós podemos perceber diferenças grandes entre projetos editoriais acadêmicos que se subordinam às necessidades de uma regionalidade e de uma territorialidade determinante. E na minha opinião, desde sempre essa é uma riqueza imensurável que temos enquanto editoras universitárias para tornar a produção editorial singular e significativa universalmente. Ainda precisamos acordar para focar o fazer editorial acadêmico não na cópia de editoras exitosas, mas na capacidade de analisar criticamente as tão faladas, e nem sempre estudadas, diversidades regionais dentro dos nossos próprios países. Por essa razão, nas inúmeras vezes em que fui/sou consultado para dar a “receita” da exitosa Editora Unesp, procuro mostrar que um projeto editorial antes de tudo precisa analisar e incorporar tanto o projeto de sua universidade quanto da região em que está inserido. Em minha opinião traduzir os clássicos gregos e modernos como aconteceu desde 1989 e ainda se faz na Unesp é tão importante quanto publicar e analisar a obra de Patativa do Assaré, ou dos poetas e cantadores ribeirinhos do baixo Amazonas, que levam literatura e dão sentido às palavras

para milhares de brasileiros que nunca lerão Euclides, Diderot ou Adorno, por exemplo. E se isso se aplica ao Brasil, também na América Latina cada regionalidade é uma riqueza sem fim e a nossa função, enquanto editores universitários, é criar esse caminho para que a produção intelectual e humana desses territórios ganhe perenidade, memória e se difundam pela ação das editoras universitárias. Mais uma vez haveria muito a acrescentar e a considerar, mas em resumo, eu entendo que tanto no Brasil quanto na América Latina as editoras ainda estão mais preocupadas em reproduzir modelos exitosos e tradicionais da edição universitária dos países desenvolvidos do que em pensar o que pode refletir e também interessar para a formação dos seus leitores. Obs.: 1) veja que em nenhum momento me ative a analisar ou mesmo mencionar os aspectos técnicos e industriais de um projeto editorial. Evidentemente dominar esses processos é atividade essencial, mas sempre serão subordinados ao DNA de qualquer editora que é a construção de seu catálogo. 2) não acredito que essas funções que idealizo para as editoras universitárias nas duas respostas acima possam vir a ser objeto de interesse das chamadas editoras comerciais, salvo raras e pequenas (no alcance) exceções.

16. Além de presidir a Editora da Unesp, você teve um papel fundamental na existência da Associação Brasileira de Editoras Universitárias. Poderia falar um pouco sobre isso? Como começou a ABEU, com que propósito? Quais os frutos do trabalho na ABEU?

R.: A ABEU nasceu no mesmo ano da Editora Unesp, 1987, e de certa forma, além da minha inclinação pessoal pelo associativismo, para a Unesp, que estava naquele período justamente procurando ações coordenadas entre seus múltiplos campi, participar de uma associação que procurava juntar as editoras universitárias do Brasil foi um gesto quase “natural”. Mas nem eu e nem a Editora Unesp fomos da chamada turma dos fundadores da ABEU. Na verdade, começamos a participar no segundo semestre de 1988 e mesmo assim apenas como associados, principalmente pelo programa de distribuição do livro universitário, o PIDL. Assim que comecei a frequentar mais as reuniões anuais como representante da Unesp me identifiquei com as bandeiras solidárias do grupo inicial e com a ideia que precisávamos nos organizar e estarmos juntos para ganhar força e voz no competitivo mundo editorial brasileiro. Urgia também uma relação mais forte com a América Latina e com nossas coirmãs editoras universitárias do continente. Temas fundamentais foram sendo debatidos e incorporados pela ABEU como bandeiras de luta, traduzidas para ações formativas, de ação política e prática: melhoria da qualidade editorial, parcerias justas

para as coedições, instituição de Conselhos Editoriais atuantes, organização de fato do trabalho editorial nas universidades com docentes responsáveis e esquemas profissionais de atuação, incremento da visibilidade das editoras junto aos leitores e melhoria da circulação dos livros acadêmicos para todo o Brasil. Com a afirmação da Editora Unesp nos anos 1990, eu pude aceitar minha primeira participação na Diretoria em 1995. Em 1999, como Vice Presidente, eu concorri e ganhei a eleição para ser o presidente de uma aguerrida diretoria para o período 1999-2001. Encontrámos a ABEU em situação pré-falimentar, sem qualquer recurso, sem arquivos ou equipamentos mínimos e algumas poucas dezenas de associados, todos inadimplentes. Com grande esforço, mas com muita ousadia, demos passos fundamentais que até hoje são uma baliza para a associação, ou seja, procurar fazer juntos todas as atividades centrais que são os temas fundamentais permanentes (acima). Nasceu assim em 1999 a primeira “rua das editoras universitárias” na Bienal do Livro do RJ e no ano 2000 fizemos o primeiro estande conjunto e compartilhado, com a presença e o apoio fundamental da mais nova afiliada, a IMESP, dirigida à época por Sérgio Kobayashi. Muitos frutos se sucederam a isso, desde o aprimoramento do fazer editorial, que hoje é evidente em quase todas as editoras universitárias brasileiras, até o reconhecimento das universidades como participantes ativas no mercado do livro brasileiro. Em todos esses anos, e desde o ano 2000, a ABEU nunca deixou de ser chamada para participar dos movimentos pelo livro no Brasil, seja junto ao setor industrial, seja junto aos governos. Antes disso o reconhecimento ou era inexistente ou se restringia regionalmente a uma ou outra editora cuja universidade tivesse um peso acadêmico ou político.

17. Além da ABEU, você investiu muito trabalho na integração das editoras universitárias latino-americanas. Poderia falar sobre isso? O que o moveu nessa direção? Como avalia o trabalho nessa área?

R.: De certa forma foi a própria Unesp em expansão que me alertou e me projetou para o cenário latino-americano. O primeiro congresso de publicação científica que participei como conferencista em Bogotá, no ano de 1989, foi substituindo o Pró-Reitor de Pós-Graduação, que não pode comparecer e me enviou via Editora Unesp. A identidade de problemas, a necessidade de integração foi tão evidente nesse primeiro encontro que voltei entusiasmado e reativei um contato formal que já tínhamos tido com a EULAC – Associação das Editoras Universitárias da AL e Caribe – fundada também em 1987 por Pedro Visconti Clava, do Peru, e outros colegas de alguns países como Argentina, Costa Rica, Colômbia e México. Na verdade, o que me moveu foi a identidade

e a certeza que tínhamos que deveríamos agir em conjunto, não apenas porque os problemas e questões a enfrentar eram semelhantes, mas porque na América Latina estávamos subordinados aos mesmos padrões internacionais de subserviência e dependência também neste setor. O movimento, as reivindicações e as ações seguiram um curso paralelo com o que aconteceu com a ABEU, embora com menor êxito por conta das dificuldades muitíssimo maiores de forjar a unidade das editoras do continente, mais América Central e Caribe. Mas agir em conjunto, unir forças, profissionalizar, formar o editor acadêmico, impor a presença da edição universitária no potente mercado editorial internacional, tudo isso fez e faz parte da militância da EULAC. E assim como a ABEU, hoje a EULAC é internacionalmente reconhecida e respeitada nos foros profissionais e institucionais onde a questão editorial é o tema.

18. A Editora da Unesp dedicou-se, durante a sua gestão, a investir na cultura do livro. Podia falar um pouco sobre a Universidade do Livro, seu objetivo e seus resultados?

R.: Exatamente por entender a edição como uma atividade intelectual formadora, educadora, eu insisti e idealizei o programa Universidade do Livro que para muitos soou um pouco estranho por vir de uma editora universitária. O que para mim era mais do que evidente, formar via uma instituição ligada à uma universidade, para outros era algo que poderia não servir aos profissionais por correr o risco de ficar muito “longe da realidade”. O que constatamos, depois de 16 anos de atividade, da criação da UNIL até o ano que deixei a Editora (2015), é que aconteceu justamente o contrário. Tivemos em média 1.100 alunos/ano em cursos de duração, formato e temas diversos e com alto índice de aprovação pelos alunos. Tivemos a oportunidade de oferecer formação e debater problemas importantes da transição industrial da edição, assim como questões permanentes como a revisão de textos, tradução, etc. Para a Editora a afirmação da Universidade do Livro também foi importante, porque foi mais um elemento de aproximação da sociedade e das empresas e entidades editoriais para com o nosso projeto de uma editora acadêmica profissional e atuante. Internamente também foi muito útil porque nos servíamos dos ensinamentos dos profissionais que ali passaram e dos inúmeros debates que surgiram durante todos esses anos. Além dos resultados positivos internos acho importante ressaltar que essa atividade se tornou referencial para o mercado e a indústria editorial e livreira e, de fato, contribuiu para a formação profissional continuada daqueles que trabalham na indústria. Tendo sido a segunda “escola” livre da cultura do livro, após a Escola do Livro da CBL, ela afirmou-se e até hoje está

ativa apesar das dezenas de outras iniciativas que surgiram alguns anos depois e principalmente nos últimos 5 ou 6 anos.

19. Se você tivesse de responder em poucas palavras à questão: por que é preciso haver editoras universitárias? – o que diria?

R.: Porque a verdadeira universidade educadora não deve se restringir aos seus espaços e aos seus membros professores, estudantes e servidores. Ela deve à sociedade em seu entorno e à humanidade em geral a distribuição ampla e democrática dos seus conhecimentos. E eu não conheço melhor meio para tornar isto possível que não seja a Editora Universitária, instituição profissionalmente competente para organizar com clareza, em suportes adequados e honestidade científica e intelectual o fruto do trabalho dos docentes e pesquisadores.

20. Poderia comentar a situação do livro no Brasil, nos últimos anos? E poderia explicar rapidamente em que consiste a legislação recentemente promulgada e que recebeu, em homenagem ao principal proponente, a denominação de “Lei Castilho”?

R: Delimitarei o período de 2005 a 2018 como os “últimos anos” solicitados pela pergunta. E a razão é simples: foi em 2005 que o país retomou a possibilidade de implantar uma política pública em favor do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas e foi em 2018 que se encerrou positivamente a batalha legal para que o país tivesse sua primeira lei para formação de leitores como Política de Estado desde o longínquo ano de 1500.

Em 2005 tivemos o Ano Ibero-americano da Leitura, o *Vivaleitura*, fomentado no Brasil e no mundo ibero-americano a partir de uma decisão de Chefes de Estado tomada em 2003. Ali pudemos começar uma caminhada pró-livro e leitura juntando o governo federal e representantes de toda a cadeia criativa, produtiva, distributiva e mediadora do livro no Brasil.

Em 2006, com a estruturação básica do Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL junto ao Ministério da Cultura e ao Ministério da Educação, fruto de intensa e extensa participação da sociedade civil, de especialistas e de toda a cadeia do livro e da leitura, ganhámos objetivos, metas e eixos de atuação que nortearam o que era preciso produzir em projetos, ações e marcos legais para que o Brasil avançasse na conquista do direito à leitura, chave de todos os outros direitos no mundo contemporâneo. Mais do que um plano de Estado, obtivemos um verdadeiro pacto social para construirmos o PNLL. E isso foi e ainda é vital para entendermos o atual estágio e situação do livro no Brasil contemporâneo.

Com esse pacto em torno do PNLL, a situação do livro como um todo, e não apenas setorialmente, começou a mudar positivamente. Os anos de 2005 a 2010 foram vitais para a aplicação e consolidação dessa política e, ao mesmo tempo, foram anos de grande desenvolvimento do setor editorial, do incrível surgimento de um número nunca visto de festivais, festas, encontros, feiras, seminários e eventos variados em torno do livro. Igualmente retomou-se o movimento bibliotecário e novos conceitos como o das “bibliotecas de acesso público” estabelecido no PNLL inspirou e fomentou projetos chamados de Bibliotecas Vivas, além de bibliotecas referenciais – as Bibliotecas Parque, e a conquista de novos territórios de leitura em lugares inusitados. É exponencial nesse período a expansão dos saraus literários nas periferias das grandes cidades e do movimento de criação e sustentabilidade de dezenas de “bibliotecas comunitárias”, fruto da mobilização de cidadãos excluídos dos seus direitos mais fundamentais.

Seria demasiado estender nessa resposta a diversidade e a profundidade do que aconteceu nesses anos, assim como o que deixou de acontecer nos anos posteriores, marcados pela não continuidade de projetos e ações exitosas baseadas no PNLL.

Mas é possível sintetizar rapidamente em alguns dados alguns avanços, recortando somente ações do Ministério da Cultura, por intermédio da Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas – DLLL B:

- Ampliação de investimentos na área: a média histórica de 6 milhões de reais passa a 95 milhões entre 2008 e 2010, sustentando novos programas e ações.
- Universalização do acesso ao livro por intermédio das Bibliotecas Públicas: entre 2007 e 2010 o Ministério da Cultura implantou 1.081 bibliotecas em cidades que jamais haviam tido esse equipamento. Nos dois governos Lula (2003 a 2010) o total de Bibliotecas Públicas implantadas foi de 1.656 unidades.
- Novos espaços de leitura em novos equipamentos culturais de referência: a biblioteca como espaço cultural de convivência social, espaço democratizado para a cidadania; a informação e o acesso ao conhecimento estimulou e financiou as novas “bibliotecas parque” e também os 600 pontos de leitura organizados em espaços coletivos das comunidades, além de Pontões de Leitura e Pontos de Leituras nas Fábricas.
- Agentes de Leitura estimulando a ideia da mediação da leitura como ação imprescindível à formação leitora: 4.000 agentes de leitura a cargo

de nove governos estaduais, 16 governos municipais e 3 consórcios municipais foram formados em 2009/2010.

Constata-se, no mesmo período, o evidente crescimento na compra de livros, tanto pelos programas oficiais de incentivo à leitura quanto no varejo direto aos consumidores.

Estabelecida em diretrizes do PNLL, as ações governamentais e da sociedade civil brasileira estabeleceram novos índices apontados pelas pesquisas do setor. Embora a dívida social no direito à leitura e ao letramento seja ainda imensa, constatamos alguns avanços que só podem ser explicados pelo incentivo de Estado à leitura e às ações de educação como sistemas implantados pelo Ministério da Educação no mesmo período.

Pesquisas recentes demonstram esse avanço em dois exemplos recentes:

- Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, base 2015: aumento de 6% no número de leitores conforme a metodologia adotada. Em números vivos passamos de 88,2 milhões para 104,7 milhões de leitores. Estamos falando de 16 milhões de pessoas, número que supera populações de inúmeros países.
- INAF – Indicador de Analfabetismo Funcional (Instituto Paulo Montenegro) 2018: aumento de brasileiros alfabetizados funcionalmente (em diversas faixas classificatórias) de 61% em 2001 para 71% em 2018. Mas persiste em apenas 12% o número de brasileiros que alcançam o nível de “Proficiente”, ou seja, aqueles que conseguem extrair da leitura todos os seus significados e têm capacidade de análise crítica sobre a informação, sendo leitores plenos como denomina o PNLL.

Outros índices poderiam ser estabelecidos, como o aumento exponencial de atividades e eventos comemorativos de livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil, após 2006. Além disso é facilmente observável que o tema LIVRO e LEITURA são questões necessárias no âmbito da cultura e da educação, assim como nos meios de divulgação, fatos esses descartáveis antes de 2006 (por exemplo, a extinção da Secretaria do Livro no Ministério da Cultura em 2003 e sua pequena influência no Ministério da Cultura em governos anteriores desde sua criação).

A decadência política nacional e os impasses decorrentes de uma situação de instabilidade governamental que passou pela deposição da Presidente eleita em 2015, pela instauração de um governo considerado ilegítimo por uma imensa parcela da população e, finalmente, pela eleição de um novo presidente em 2018, francamente identificado com políticas de exclusão social e de direitos

conquistados, além de cultor dos piores anos de autoritarismo no Brasil, provocaram iguais impasses e paralisações nas políticas de fomento ao livro e à leitura a partir de 2011.

Paralelamente, a força de um movimento fruto de um pacto social como o PNLL criou dinâmicas próprias e forças motrizes que não se calaram perante o abandono do ciclo virtuoso pró leitura que tivemos recentemente. Juntando forças e habilidade política, o objetivo do país de conquistar um marco legal para uma verdadeira e necessária Política de Estado para o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas continuou e obtivemos, após longas batalhas parlamentares, a aprovação e consequente promulgação em 12 de julho de 2018 da Lei 13.696 que cria a POLÍTICA NACIONAL DE LEITURA E ESCRITA – PNLE, chamada popularmente e pela imprensa como “Lei Castilho”, talvez sintetizando o esforço da sociedade civil e do setor na pessoa daquele que liderou, junto com muitos outros, esse processo.

A PNLE é objetiva, assertiva no que é preciso ser feito para formar leitores. Destaco aqui alguns pontos principais:

Artigo 1.º – Fica instituída a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil.

Observações:

1. Se estabelece uma Política de Estado (estratégia permanente);
2. Se contempla toda a cadeia da leitura;
3. No Parágrafo Único se garante a participação da Federação e da Sociedade Civil na implementação da Lei.

Artigo 2.º – São diretrizes da PNLE:

1. A universalização do acesso;
2. O reconhecimento da leitura e da escrita como um direito;
3. O fortalecimento do SNBP;
4. O reconhecimento da cadeia como integrante e dinamizadora da economia criativa;
5. No Parágrafo Único se vincula a Lei PNLE ao PNE, ao PNC e ao PPA, garantia de diálogo com as políticas da Educação e da Cultura e de inserção nos planos orçamentários da União.

Artigo 3.º – São objetivos da PNLE:

1. Democratizar o acesso por meio de bibliotecas de acesso público – de novos espaços – acervos físicos e digitais – acessibilidade para deficientes físicos.

2. Fomentar a formação de mediadores de leitura.
3. Valorizar a leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional.
4. Desenvolver a economia do livro.
5. Promover a literatura e as humanidades – incentivos, fomento, pesquisas, difusão, no Brasil e exterior.

6. Fortalecer as bibliotecas de acesso público – qualificação de espaços, capacitação, acervos, equipamentos.
7. Incentivar pesquisas na área – buscas de dados que sustentem programas para a área.
8. Promover a qualificação de recursos humanos na área.
9. Incentivar a criação e a implantação dos PELL e PMLL em fortalecimento do SNC.

A conclusão da leitura da Lei da PNLE é dupla: ela expressa o grau de elaboração e o pacto social alcançado pelo conjunto de especialistas e militantes pela leitura em todos os quadrantes do país; a sua implementação como Política de Estado poderá fazer a diferença entre termos um país de leitores ou um país que manterá uma taxa de analfabetismo funcional e de excluídos do direito à leitura que envergonha e traz subalternidade ao Brasil em pleno século da informação e do conhecimento.

Com a palavra dos novos governantes e a resiliência de uma sociedade civil que luta pelo seu direito ao livro e à leitura!

TÍTULO: Para a história do livro no Brasil – entrevista a José Castilho Marques Neto

RESUMO: Paulo Franchetti entrevista José Castilho Marques Neto, diretor da Editora da Universidade Estadual Paulista durante mais de vinte anos, que realizou um longo e intenso trabalho de desenvolvimento das políticas do livro e de promoção do livro e da leitura no Brasil.

TITLE: For the history of the book in Brazil – interview with José Castilho Marques Neto

ABSTRACT: Paulo Franchetti interviews José Castilho Marques Neto, director of the University Press of the Universidade Estadual Paulista for more than twenty years, who has carried out an extensive and intense work in developing book policies and promoting books and reading in Brazil.

